

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: formal do Brasil

Class.: 55

Data: 09.10.72

Pg.: _____

"O retrato dramático dos nossos Índios é o mesmo qualquer que seja a sua tribo"



Violentados e rejeitados, sejam eles bororos ou nhambiquaras, os índios brasileiros são vítimas inocentes das mazelas da civilização, estando muito distantes das imagens românticas de Peri e o I-Juca-Pirama



No dia 23 de fevereiro do ano passado, um grupo de índios horros (pacificados há mais de meio século), que vive no Posto Indígena do Perigara, na zona do pantanal mato-grossense, assassinou o funcionário da Fundação Nacional do Índio Justino Ferreira de Lima, a golpes de facão e enxada. O motivo: não havia aguardente naquele posto e o funcionário Justino havia negado álcool farmacêutico aos índios que, acrescentando-lhe água, pretendiam improvisar um *coquetel*.

A verdade

Supor ou afirmar que no Brasil, nos dias de hoje, o índio está sendo virtualmente exterminado em nome de uma política governamental deliberada, que tem como fim a ocupação da Amazônia, é, francamente, um absurdo, fruto, talvez, de idéias que têm mais objetivos políticos a definir do que a efetiva defesa da integridade física ou cultural desse mesmo índio.

Negar, no entanto, que o índio não tem sido afetado de maneira catastrófica pelos processos de desenvolvimento e integração do território nacional seria, na verdade, negar uma evidência.

Nessa situação paradoxal, que começou já em 1500, os fatos têm demonstrado que, muito mais grave do que contaminar o índio com todas as epidemias e vícios da civilização, é, na verdade, despojá-lo daquilo que lhe é mais caro e significa, invariavelmente, a garantia de sua própria sobrevivência em condições, às vezes, extremamente adversas: a terra.

Assim, enquanto o mundo vê com apreensão a marcha brasileira para a ocupação da Amazônia, com a implantação das agrovilas ao longo das estradas que vão sendo abertas e que, a médio e longo prazo, poderão significar uma ameaça efetiva ao índio, habitante ainda em estado semi ou totalmente selvagem daquelas regiões, um drama de maior intensidade já vem se desenrolando por anos e anos em outras áreas dessa mesma Amazônia.

Diante de interesses de iniciativa privada envolvendo áreas imensas de terra, principalmente em Mato Grosso, o índio vai sendo gradativamente expulso do seu *habitat*, sem que os encarregados da sua proteção possam obstar, de maneira legal ou não, a ação daqueles que, acobertados por apadrinhamentos de influência, contribuem para a sua destruição sistemática, física e cultural, induzindo-o a toda sorte de vícios, que variam do alcoolismo à prostituição.

No Brasil, a própria história o demonstra, já se mataram muitos índios, não só pela gri-

pe, tuberculose ou sarampo. E como ligeiro exemplo, deve-se lembrar a tristemente célebre **Chacina do Paralelo Onze** no Aripuanã, quando um grupo de índios cinta-larga foi metralhado e envenenado com arsênico, por gente interessada em explorar a borracha, o ouro e o diamante, abundantes naquelas terras.

O processo, envolvendo gente muito importante de Cuiabá, até hoje, após 10 anos, não obteve a solução que se esperava, dada, principalmente, a repercussão do crime. Na cadeia pública da capital de Mato Grosso permanece preso apenas um dos indiciados, de 67 anos, justamente quem menos culpa deve ter em toda a história. Os outros ou morreram de maneira um tanto misteriosa ou foram deliberadamente esquecidos.

Hoje, entretanto, não é mais necessário recorrer-se a expedientes bárbaros para se ter acesso às riquezas existentes no território cinta-larga: a própria Fundação Nacional do Índio concedeu autorização a sete empresas de exploração mineral para que realizem prospecções no Parque Indígena do Aripuanã. No mesmo local onde, no ano passado, os cinta-largas, certamente revoltados com a presença de brancos na sua terra e guardando viva na memória a lembrança da **Chacina do Paralelo Onze**, massacraram o jornalista Possidônio Bastos e o radioperador Acrísio Lima, àquela época à serviço da Funai, no subposto Roosevelt.

A história documenta da mesma forma, com fartas narrativas, os morticínios a que também foram submetidos os índios kaingangs, no interior de São Paulo, quando da implantação dos trilhos e dormentes da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. E, mais recentemente, o caso dos infelizes parakanãs, ao longo da Transamazônica, quase que dizimados por um surto de blenorragia transmitido por funcionários da própria Funai.

O caso Aripuanã

Não se sabe ao certo quantos índios habitam o Aripuanã, localizado nos limites do Território Federal de Rondônia com o Estado de Mato Grosso. Supõem-se, entretanto, que a população indígena ali existente seja estimada em cerca de 5 mil indivíduos, constituindo-se, assim, numa das maiores concentrações indígenas em estado ainda arreluído e mantendo uma certa hostilidade para com o branco.

No Parque Indígena do Aripuanã, criado pelo Decreto nº 64 860, de 23 de julho de 1969, espalhados por mais de 20 aldeias, vivem os índios cinta-larga, suruí, gaviões e bocas-negras. O primeiro contato com essas tribos foi feito por Francisco Mei-

reles, em 16 de junho do mesmo ano, sendo então instalada uma base de operações às margens do Igarapé Sete de Setembro, criando-se ainda mais três subpostos: Riozinho, Roosevelt e Serra Morena.

A primeira preocupação de Francisco Meireles, tão logo manteve contato com aqueles índios, foi a de expulsar os intrusos que estavam operando na área do parque — seringueiros, garimpeiros e caçadores de peles.

Assim, com o necessário apoio oficial, o velho sertanista pode afastar, aparentemente, uma ameaça que pesava sobre os trabalhos de pacificação. Mas de nada valeram as boas intenções para evitar que estranhos invadissem o parque. A Cia. Colonizadora Itaporanga, dos irmãos Melhorança, de São Paulo, é um exemplo típico disso.

Sem dispor, ao menos, de um registro no INCRA que a defina legalmente como Companhia de Coionização, a Itaporanga foi estendendo os seus domínios através do parque com seus lotes, hoje, fazendo quase divisa com o subposto Roosevelt, onde morreu Possidônio Bastos.

Os protestos de Apoena de Meireles, até então diretor do parque, acabaram custando-lhe a exoneração do posto, assim como a seu pai, Chico Meireles, que deixou de ser o titular da 8a. Delegacia Regional, sediada em Porto Velho.

Na época em que os cintas-largas destruíram as instalações da Funai no rio Roosevelt, não faltaram até mesmo versões fantásticas para explicar as mortes de Possidônio Bastos e de Acrísio Lima. A verdade, entretanto, não conseguiu se dissimular sob o manto da fantasia: os índios preocupados com a invasão de suas terras, viam nos homens da Funai, sediados no Roosevelt, a imagem de uma quinta-coluna em franca operação de invasão em seus territórios. Mais uma vez, os erros de uma política custaram duas preciosas vidas.

Hoje, a situação no Aripuanã é de extrema tensão. O representante do INCRA em Rondônia está tentando expulsar o pessoal da Itaporanga que, por sua vez, dispende de algumas armas, afirma que não deixará o local. Os colonos da Itaporanga, gente humilde que durante toda a sua vida sonhou com um pedacinho de terra, foram, simplesmente, iludidos pelos Melhoranças, que sabiam de antemão da irregularidade de seu projeto, mas desenvolveram-no acobertados pela influência de um ex-Governador de Rondônia.

Na última semana, um dos procuradores-jurídicos da Funai deslocou-se até o local. Trata-se do Sr. Romildo Carvalho, que tentará resolver os problemas ali existentes. Sabe-se, entretanto, que o presidente do órgão, General Bandeira de Melo, tem se mostrado irredutível diante da

J B
9/10/72
"Os donos da terra Estão virando Párias"

(continued)

(2)

questão, estando disposto, a não permitir a expulsão dos colonos da Itaporanga.

Se são boas as intenções do presidente da Funai, diante de um problema de tão grandes implicações sociais que irá se conflitar com a retirada de milhares de colonos da área, pergunta-se para que serviria, então, o decreto de criação do Parque Nacional Indígena do Aripuanã.

Paradoxos

Estive no Aripuanã em novembro do ano passado, tentando apurar as razões que levaram os cintas-largas, depois de contactados por Apoema de Meireles, a massacrarem Possidônio Bastos, Acrísio Lima e destruírem com não menos ferocidade as instalações do posto construído às margens do bellissimo rio Roosevelt.

Na ocasião, dois dias após a minha chegada, que acabou se revestindo de lances rocambolescos, pois a Funai não queria ninguém no Parque e Apoema estava francamente disposto a seguir as ordens de Brasília (tanto que chegou a ameaçar colocar pedaços de madeira na rústica pista para que o frágil aviãozinho de que eu me servia lá não descesse), os cintas-largas atacaram o subposto pela segunda vez, deixando o repórter apavorado e ferindo o sertanista.

A região pode ser catalogada como uma das mais ricas e exóticas ainda em estado selvagem em todo o mundo. A cobiça sobre as suas riquezas está mais do que justificada.

O segundo ataque, felizmente, foi rechaçado com eficiência pelo pessoal do posto que acabou-se valendo de fogos juninos para manter à distancia os temíveis cintas-largas que, apesar do pouco mais de metro e meio de altura, são de uma ferocidade ímpar.

Tão logo cessou o ataque, Apoema, um jovem idealista de 22 anos, ainda ferido, apontava a Itaporanga como principal responsável por aquela situação. E a própria Fundação Nacional do índio, que aquela altura também protestava pela invasão da Itaporanga, criava, por sua vez, situações paradoxais.

Assim é que uma autorização oficial, datada de 14 de maio de 1971, assinada pelo então delegado regional do órgão em Porto Velho, Chico Meireles, obedecendo a ordens emanadas de Brasília, instruiu ao funcionário Luís Vicente dos Santos, encarregado do subposto Roosevelt, sobre a expedição de ofício número 87/71, "endereçado ao Senhor Francisco Teles de Albuquerque, em que autorizamos aos requerentes a proceder provisoriamente a exploração de garimpo de diamantes na área do subposto Roosevelt, obedecendo aos critérios predeterminados pela

nossa orientação de procedimentos junto aos indígenas locais."

Essa autorização, para a exploração de diamantes no Roosevelt, refletia-se como um mistério de configurações paradoxais, pois a Funai, que havia promovido a retirada de milhares de garimpeiros da região e protestava pela invasão da Itaporanga, concedia, inexplicavelmente, aval para que estranhos retirassem minérios daquela região.

Ora, fui testemunha de que não há nada mais pernicioso ao índio, ainda em estado selvagem, do que o contato com o garimpeiro, o seringueiro ou o caçador de peles. E' através desses homens que o selvagem toma conhecimento da existência do álcool e, em troca de bugingangas, cede sua mulher ao aventureiro, permitindo que ele opere no seu território retirando ilegalmente quanto ouro ou diamante o possa fazer.

Mas o quadro não se afigura menos trágico diante do que constatei andando pela Rondônia. Nas vilas de Riozinho e Pimenta Bueno, vi índios suruí, despidos, entregando-se pelas mãos de civilizados sorridentes ao alcoolismo, à degradação. Trocando suas flexas por aguar-dente e fumo e cedendo suas mulheres por camisas coloridas, contas de matéria plástica e outros tipos de bugingangas que fazem a sua inocente alegria.

Esses índios foram pacificados há pouco mais de dois anos por Apoema de Meireles. Andam ainda pintados à jenipapo e a urucum. A pequena palha trançada que usam à guisa de protetor do pênis é sempre motivo de perversa curiosidade dos senhores e senhoras civilizados das vilas de Riozinho e Pimenta Bueno.

Enquanto isso, a situação continua tensa com o pessoal da Itaporanga, falando-se, inclusive, que já teria sido solicitado pelas autoridades de Rondônia reforço federal para manter a paz diante da decisão dos colonos que, armados, afirmam não se deixar expulsar.

"Atitudes louváveis"

O fato de a Fundação Nacional do Índio resolver agora tomar medidas efetivas, ao lado do INCRA, contra a presença ilegal da Colonizadora Itaporanga em áreas de Parque Indígena, se bem que, como já disse, possa se constituir em fato polarizador de grave situação social, já que os colonos são os mais inocentes em toda essa história, seria, de toda forma, uma atitude louvável em relação ao índio, se não houvesse, porém, um senão: ao mesmo tempo em que procura expulsar os colonos, na verdade iludidos em sua boa-fé pelos irmãos Melhorança, a Fundação Nacional do Índio incorre, mais

uma vez, em um dos seus inexplicáveis paradoxos

No dia 10 de fevereiro deste ano, sob memorando numero 049/DGPI/72, assinado pelo senhor J. B. Cavalcanti de Melo, diretor-substituto do DGPI — Departamento Geral do Patrimônio Indígena — eram encaminhadas ao novo titular da 8a. DR, em Porto Velho, substituído o sertanista Chico Meireles — "de ordem do senhor presidente" (General Bandeira de Melo) — as autorizações para que sete firmas mineradoras realizassem trabalho de prospecção no Parque Nacional Indígena do Aripuanã.

As sete empresas beneficiadas foram as seguintes: Mineração São Carlos Ltda.; Cia. Espírito Santo de Mineração — Cesmi; Cia. Estanífera do Brasil; Minal — Mineração Alcione Ltda.; Mivale — Mineração Vale do Madeira Ltda. e Mineração Vale do Roosevelt Ltda.

A título de informação, transcrevo alguns itens de uma dessas autorizações, concedida à Cia. Estanífera do Brasil:

"AUTORIZAÇÃO: Nos termos da petição apresentada pela firma Cia. Estanífera do Brasil (grifo no original), conforme processo FUNAI/BSB/1122-A/71, concede **AUTORIZAÇÃO** à citada empresa de mineração no sentido de proceder trabalhos para pesquisa mineral na área de 50 mil ha., tendo aproximadamente como eixo e ponto focal a intersecção do meridiano de 61°40' com o paralelo de 10°30', área encravada no Parque Indígena do Aripuanã, de domínio da União e posse indígena, delimitado pelo Decreto nº 64 860, de 23 de julho de 1969."

A seguir, no mesmo documento, são emitidas algumas disposições para o desenvolvimento das atividades da Cia. Estanífera do Brasil, algumas das quais extremamente controversas: "... c) limitar a turma de prospecção a 10 elementos, afora o geólogo responsável e alguns (?) outros homens para o apoio logístico, e, quanto ao pessoal para a construção da estrada e campo de pouso, ao mínimo indispensável..." (o grifo é nosso).

O item acima limita a turma de prospecção a 10 elementos, "afora o geólogo responsável", mas, ao mesmo tempo, determina "alguns outros homens para o apoio logístico" e o mínimo indispensável para o pessoal encarregado da construção de estradas e campo de pouso. Alguns, sim, mas quantos? A presença do homem branco tem causado somente transtornos no Parque do Aripuanã. O cintalarga — principalmente — o mais violento fisicamente por essa presença, já deu provas inequívocas que não tolerará essas invasões.

JB
9/10/72
"Os donos da terra estão virando Párias"

(continued)

(3)

9/10/72

O RETRATO DRAMÁTICO DOS NOSSOS ÍNDIOS

É O MESMO QUALQUER QUE SEJA A SUA TRIBO



(continued) (4)